



## O “MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE” E A HISTÓRIA PÚBLICA NAS REDES SOCIAIS ONLINE

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3390

Matheus Henrique Marques Sussai, UEL

### Resumo

Vivenciamos um momento de disputa na História Pública, na qual as narrativas históricas especializadas parecem deslegitimar-se frente àquelas que circulam, por exemplo, nas páginas do *Facebook*. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar as discussões iniciais de uma pesquisa de mestrado em História que busca investigar as ideias de história que circulam no ciberespaço, especificamente em postagens do *Facebook*. Com a *web 2.0* e a “Liberação da palavra” (COUTO JUNIOR, 2013), muitas páginas do *Facebook* ganharam espaço em manifestações políticas brasileiras, estabelecendo grupos que difundem opiniões e suas ideias a respeito do atual contexto político, e consequentemente, também de História. Como é o caso do “MBL – Movimento Brasil Livre” (e muitas outras páginas da rede social online), que para mais de dois milhões de seguidores (curtidas), propagam suas manifestações contra o “PT – Partido dos Trabalhadores”, e suas figuras públicas mais conhecidas: os ex-presidentes “Lula” e Dilma Rousseff. Pretendemos então, a partir da Didática da História (BERGMANN, 1989/1990), investigar as elaborações de história que se inserem em ambientes extraescolares, no caso, o *Facebook*. Com o auxílio da Netnografia, metodologia que examina as noções e representações dos sujeitos na internet (KOZINETTS, 2014), buscamos agrupar as noções de história veiculadas por essa página e transformá-las em discursos-síntese, para analisá-los e percebermos que “tipo” de História se veicula nessa página. Por ora, podemos dizer que páginas como o MBL ganham espaço na formação da consciência histórica de muitos brasileiros que concordam com o ideário veiculado nesta página.

### Palavras Chave:

História Pública; “MBL – Movimento Brasil Livre”; *Facebook*;

No momento atual de disputa pela História Pública, vivemos em um Brasil que as pessoas representam, por muitos meios, diversas versões sobre o passado. Nas redes sociais online, como o *Facebook*, temos um lugar no qual muitas páginas se destinam a manifestar opiniões políticas, críticas a algumas figuras e partidos, e apologias a outros. Essas páginas, ao falarem de política, muitas vezes falam também de passado. Usam ideias históricas para tentar legitimar seus argumentos, seus preconceitos. O que acontece é que nem sempre as narrativas históricas difundidas por essas páginas na *web* possuem algum respaldo científico. Em um momento em que temos um general do alto escalão do exército brasileiro falando sobre intervencionismo militar<sup>1</sup>, e vemos a repercussão de apoio que ocorreu nas redes sociais, é necessário que a História enquanto forma de conhecimento científico se atente para essas narrativas que fazem uso do passado, para buscar compreender e esclarecer alguns pontos dessas questões.

Para que isso seja possível, neste texto falaremos sobre a questão da História Pública, que se mostra, junto com a Didática da História, um dos campos que abrange esse trabalho. Discutiremos as questões que permeiam a História Pública, e quais as suas características, buscando relacionar essa reflexão com a Didática da História, base teórica do nosso estudo. A partir dessas observações, falaremos sobre algumas características da *web 2.0*, a internet que conhecemos hoje, e como se dão as mídias nessa nova plataforma, nesse novo lugar de estudos que é o ciberespaço. Definir esse ambiente e a cultura que se insere nele também é relevante, e temos o intuito de fazê-lo a partir de autores que teorizam o espaço virtual.

Mas, diferente de muitos trabalhos que já dedicamos a discutir de forma mais profunda o ciberespaço, este texto não o fará. Refletiremos sobre suas principais características e avançaremos para o estudo da nossa fonte. Pretendemos expor algumas informações sobre a página do *Facebook* criada em 2014, o “MBL – Movimento Brasil Livre”, que é a nossa fonte de pesquisa, enfatizando nas informações principais e nos temas mais populares veiculados ultimamente. Após a exposição da fonte e de suas principais características, abordaremos os aparatos metodológicos escolhidos para a análise, sendo eles a “netnografia” e o “discurso do sujeito-coletivo”, para o esclarecimento de como vamos trabalhar nesse estudo que faz parte de uma pesquisa de Mestrado em História Social que se encontra no início. Assim, temos o objetivo de apresentar a fonte, e depois detalhar a metodologia escolhida para a análise mais debruçada da fonte, que ainda não está terminada. É um texto inicial do trabalho a ser desenvolvido.

Começamos então, pela História Pública. Jurandir Malerba (2016) nos atenta para a expansão vertiginosa do público consumidor de história nos últimos anos. O autor ainda diz que: “A história não mais [...] se produz somente na academia; muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado.” (MALERBA, 2016, p. 11). Nessas bases digitais, qualquer pessoa pode colaborar na compreensão sobre o passado, e também nos usos deste.

Temos um crescimento nos estudos no campo da História Pública, que ainda tem muito que ser discutida, mas nesta área podemos perceber uma:

<sup>1</sup> Muitos jornais eletrônicos contêm o vídeo da fala, mas deixaremos o mesmo disponível através da referência: MONTEIRO, Tânia. General fala em possibilidade de intervenção militar e é criticado por comando das forças. O Estado de

S.Paulo. São Paulo, 17 set. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,general-fala-em-possibilidade-de-intervencao-militar-e-e-criticado-por-comando-das-forcas,70002005185>>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

[...] recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado. Esses mesmos fenômenos acontecem em maior ou menor medida no Brasil: constata-se uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades, novos lugares de exercício da profissão, uma demanda crescente de consumo popular de história [...] (MALERBA, 2014, p. 32).

O que ocorre é que essa demanda crescente por história não está sendo suprida pelos historiadores. Estes, dificilmente produzem para fora da academia. Por isso, jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgam versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a Academia passa ao largo desse tipo de atividade. (ALBIERI, 2011, p. 23). Para a historiadora Jill Liddington (2011), os últimos anos presenciaram uma “[...] explosão de representações populares do passado.” (p. 31). E a autora define História Pública como sendo justamente “[...] a apresentação popular do passado para um leque de audiências [...]”. (LIDDINGTON, 2011, p. 34).

Ricardo Santhiago (2016), ao falar de História Pública, expõe bem o que acontece com os trabalhos dos historiadores. São muito poucos os trabalhos que conseguem se destacar no meio das produções de alguns jornalistas e outros profissionais que não são da história<sup>2</sup>. “São poucas apreciações sérias em meio a muitos aforismos polemistas. Infelizmente, o Brasil não tem tido muita originalidade [...]” (SANTHIAGO, 2016, p. 29).

Quando se fala do que estuda a História Pública, parece que estamos

dando um nome novo a uma velha prática. Ricardo Santhiago diz:

Pelo menos desde a emergência das mídias, inúmeros escritores, jornalistas, cineastas, artistas e outros agentes têm enformado e difundido o verbo, o som e a imagem do passado para audiências não acadêmicas. Com o aguçamento de demandas sociais por história e memória, a disseminação de recursos tecnológicos e, por fim, a popularização da internet, as formas adquiridas pelo chamado “espírito público da história” se multiplicaram, pouco ou nada dependendo da instituição de um campo formalizado de debates. (SANTHIAGO, 2016, p. 24).

Como podemos ver, a História sempre achou uma forma de sair do campo da academia e ir para um público mais amplo. Já que a academia não deu a devida atenção a esse público, a historiografia acadêmica “vaza” pelos poros e chega a um público amplo a partir de diversas narrativas não produzidas por historiadores. Erro dos historiadores, é claro, que não ocuparam estes espaços e outros o fizeram. Tanto como Ricardo Santhiago escreveu acima, quanto outros historiadores que discutem essa questão da História Pública, concordam que a internet se mostrou um lugar propício para a difusão de narrativas populares do passado.

Anita Lucchesi e Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) dizem que:

O fascínio pelo passado encontrou no ambiente digital terreno fértil para se desdobrar em produções culturais, de variados portes, ou, simplesmente para se manifestar

2 Não estamos querendo defender que um jornalista não possa fazer um trabalho historiográfico com qualidade. Muitos já o fazem com o respaldo científico da história. Mas as produções que queremos chamar a atenção aqui são aquelas em que o objetivo foi apenas

mercadológico, na qual se inserem várias “teorias da conspiração” em trabalhos de história que deveriam ser sérios. Produções que o maior objetivo foi causar algum impacto, fazer polêmica e vender, não tendo nenhum respaldo científico ou seriedade metodológica.

publicamente em perfis pessoais, comerciais e institucionais das mais diversas redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Flickr*. (LUCCHESI; CARVALHO, 2016, p. 155).

Tanto a História Pública, quanto a Didática da História, se interessam pelos usos do passado. Para os autores que discutem a Didática da História, como Klaus Bergmann (1989/1990), esta disciplina “[...] não apenas tematiza a História regulada e disciplinada pela ciência e pelo ensino mas também abarca a História transmitida no processo de socialização, que não é filtrada por nenhuma disciplina científica.” (BERGMANN, 1989/1990, p. 32). Assim, vemos como essa orientação teórica se interessa pelas formas de elaboração da história que se inserem em socializações e ambientes extraescolares, como as redes sociais online, ou mais especificamente ainda: as páginas do *Facebook*. Como nos ensina Jörn Rüsen (2010): “[...] os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes [...]” (p. 91). É por isso que nos surgiu o interesse de investigar as elaborações das narrativas históricas difundidas pela página do *Facebook*: “MBL – Movimento Brasil Livre”.

O historiador alemão Jörn Rüsen, ainda ao falar sobre a Didática da História, diz:

A didática da história analisa agora todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; [...]. (RÜSEN, 2011, p. 32).

As semelhanças entre as duas vertentes são muitas, e por isso buscamos aqui conversar com as duas para uma orientação teórica aprofundada. A Didática da História também se interessa

pelas narrativas do passado feitas por um presente. Sonia Wanderley (2016) discute como as representações sobre o passado produzem compreensões do presente e projeções do futuro. Para a autora, “[...] entre os campos de investigação da renovada Didática da História se insere os ‘usos’ públicos da história” (WANDERLEY, 2016, p. 209). Mais uma historiadora que também denota a importância em que a *web* ganhou nos últimos anos como lugar de difusão de narrativas populares sobre o passado.

Para falar desse ambiente digital, a clássica citação do filósofo Pierre Lévy (1999) se faz necessária:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17).

É nesse ciberespaço, fazendo parte dessa nova cultura que nele se insere, que encontramos páginas do *Facebook* se manifestando politicamente como o “MBL – Movimento Brasil Livre”. Ela é só uma entre várias outras que usam muito do seu tempo para sobrecarregar as suas páginas com ideias e posições políticas, que muitas vezes se utilizam de ideias de história para defender algum ponto. É aí que entra o nosso interesse. Temas como Ditadura civil-militar no Brasil, Nazismo e Comunismo, são muito debatidos por essas páginas. Tanto das que se consideram de direita, quando das de esquerda. É um embate que reside no

ambiente virtual, uma disputa pela memória.

Na cibercultura, os processos comunicacionais mediados por essas mídias digitais veiculam a informação em uma comunicação “todos-todos” (COUTO JUNIOR, 2013, p. 22-39). É um espaço virtual online onde todos ajudam a preencher a mensagem, o texto, uma rede que é alimentada a todo o momento, e por todos os participantes, não havendo apenas um difusor (como uma empresa que monopoliza as informações), mas sim todos sendo difusores e receptores, compartilhando e ressignificando vários tipos de mídia. É isso que diz o estudioso de “cibercultura” André Lemos (2010), ao mostrar que as mídias pós-massivas proporcionam a “liberação da palavra”, onde “[...] permitem a qualquer pessoa, e não apenas empresas de comunicação, consumir, produzir, e distribuir informação sob qualquer formato em tempo real e para qualquer lugar do mundo.” (p. 25).

Essa comunicação “todos-todos” é característica das mídias “pós-massivas”. A diferença entre as mídias massivas e as pós-massivas é simples: a primeira possui um fluxo de informação que se dá na perspectiva “um-todos”, por exemplo: a televisão, que veicula certo tipo de informação selecionado pelas empresas que possuem esse monopólio da programação que vai ser transmitida; enquanto nas “pós-massivas” que enquadram os “[...] processos comunicacionais mediados pelas mídias digitais em rede, há a possibilidade da comunicação ‘todos-todos’” (COUTO JUNIOR, 2013, p. 39). Não existe um monopólio da informação por alguma instituição. São os usuários que mandam, fazem, difundem e atuam. A *web* 2.0 possui essas características com o foco no *web* ator<sup>3</sup> justamente por esses motivos. É ele quem tem o papel principal na *web*. A

própria interface da *web* atual colabora cada vez mais para isso. Blogs, sites, redes sociais, entre outros, facilitam constantemente o uso para abranger mais pessoas. “A própria programação torna-se fácil. Não há mais necessidade de saber escrever nem uma linha de linguagem de programação para modificar a *web* [...]” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 123).

Por isso que ao falar do MBL (abreviação), não podemos levar em conta apenas as publicações da página (que já são suficientes para um estudo científico). Pretendemos nos atentar também para os comentários que os *web* atores publicam nas postagens da página (como se fossem respostas). Só assim saberemos se o grupo possui aprovação, ou se são criticados pela maioria dos que os seguem. Falemos um pouco da página, então.

A página “MBL – Movimento Brasil Livre” foi criada no dia 01 de novembro de 2014, possuindo 1.347.061 curtidas (julho de 2016). Atualmente a página ultrapassa o número de 2,4 milhões de curtidas (setembro de 2017). Em 2016, se autodenominava como uma ONG (organização não governamental) que não possuía fins lucrativos, com o intuito de mobilizar os cidadãos para lutar por uma sociedade mais justa. Escrevemos este texto em setembro de 2017, e a página já substituiu o termo “ONG” por “Entidade sem fins lucrativos”. Não se autodenomina mais como “não governamental”. Isso se dá devido ao seu último ano, no qual foram expostos alguns dos seus interesses políticos, por causa das suas publicações que condenam uns, mas defendem outros.

O discurso de “contra toda a corrupção” ainda existe na página, mas, a partir das publicações, tentaremos analisar se essa ideia se aplica realmente a todos os personagens políticos, ou a apenas aos antagonistas da página. Atualmente o

<sup>3</sup> Nomenclatura mais propícia dada aos usuários da internet, defendidas por Francis Pisani e Dominique Piotet (2010).

grupo vem se mostrando notadamente de direita, guerreando contra a sua própria noção de “esquerda”, e adotando posições conservadoras. Já não se declaram mais “não governamentais” – algo que eles nunca foram.

Maria da Glória Gohn (2017) diz sobre o MBL:

Com bandeiras do liberalismo, seu posicionamento político inicial tinha como repertórios ser “contra a bandalheira” e “contra tudo que está aí”. Em pouco tempo, trocou esses *slogans* pelo: “Fora PT”. [...] O perfil político do MBL situa-se no campo contraditório de ideias que misturam o liberal e o neoconservadorismo. Liberal porque defende o livre mercado e é antiestatista no que diz respeito à forma como interpreta o papel do Estado na sociedade e na economia. O Estado é visto como problema quando regula ou intervém no mercado. A corrupção não é vista pelo MBL como um problema endêmico do capitalismo, mas como um efeito colateral da intervenção do Estado nas empresas (privadas e estatais). [...] É neoconservador por ser contra vários direitos sociais e culturais modernos. (GOHN, 2017, p. 45-47).

Infelizmente, neste texto não teremos espaço para analisar a página de forma mais profunda. Por isso, além das informações acima, trataremos de uma publicação da página para mostrar como exemplo o tipo de fonte que encontraremos na pesquisa. Assim, poderemos expor uma noção dos conteúdos veiculados pelo MBL. Após essa publicação, discutiremos a metodologia que pretendemos utilizar para selecionar e analisar as postagens do MBL – atividades referentes à nossa pesquisa no Mestrado.

Segue abaixo uma postagem do MBL:

Figura 1: Captura de tela feita pelo próprio autor de uma publicação do dia 13 de agosto de 2017.



A publicação acima foi compartilhada pelo MBL, sendo sua fonte original a página do atual vereador de São Paulo, Fernando Holiday. Tal político foi eleito devido à sua associação ao MBL, que promove muitos políticos no território brasileiro, sendo o jovem Fernando Holiday um deles. Membro ativo do MBL, em sua publicação, Fernando Holiday busca uma comparação entre Nazismo e Comunismo. Para embasar a sua ideia, o seu texto que defende a não tolerância de nenhum dos dois, vem acompanhado de uma imagem das bandeiras (nazista e comunista), expondo tais comparações para as duas: “Matou milhões de pessoas”; “Teve campos de concentração”; “Forçou pessoas a trabalharem para o Estado”; “Diferenciou pessoas baseadas em cor, sexualidade e religião”. Para o Nazismo, escrevem: “Dessa seu professor fala mal”. Já para o Comunismo: “Dessa seu professor faz vista grossa”.

Antes de fazer qualquer definição dos termos “Nazismo” e “Comunismo”, algo que ainda pretendemos abordar na dissertação, fica clara a tentativa de desmoralizar o professor (de história) devido, segundo a página, a sua “vista grossa” sobre o comunismo. Vemos também que as definições abaixo de cada imagem falam muito pouco das ideologias. Elas expõem mais temas que são polêmicos e estão sendo debatidos atualmente por muitas páginas de *Facebook*, ou seja, temas que

circulam na sociedade. Como por exemplo, discussões a respeito de gênero, sexualidade, cor, religião e Estado. A publicação tem o objetivo claro de desmoralizar quem se enquadra como “esquerdista”, através de uma comparação forçada e sem muito conteúdo a respeito de “Nazismo” e “Comunismo”. Ainda assim, podemos ver que a postagem tem: aproximadamente 4,3 mil curtidas; 4.864 compartilhamentos; e 170 comentários.

É notável a sua repercussão, mesmo havendo publicações que podem ultrapassar esses números. Mas o que nos interessa também, além da parte numérica, é o tema. Narrativas sobre Nazismo e Comunismo são muito veiculadas pela página, e por isso essa provavelmente será uma postagem analisada na dissertação. Temos um uso do passado aqui, feito por não historiadores tentando defender uma ideia no presente. Por isso, como perspectiva metodológica, pretendemos nos atentar às publicações que trabalhem com estes temas históricos, e que tenham repercussão na página. Os mais veiculados que pudemos observar até o momento, foram: Nazismo, Comunismo e Ditadura Militar Brasileira.

A partir da netnografia, selecionaremos e analisaremos as publicações a partir de uma metodologia de amostragem, mas também os comentários, igualmente importantes para a nossa pesquisa. Sobre a “Netnografia”, não é apenas a transposição da etnografia para o ambiente virtual, pois muitas de suas características são diferentes se tratando do ciberespaço. É um método que se altera, que se constrói a cada pesquisa, pois as interfaces que o ciberespaço nos oferecem são as mais diversas, sendo complicado haver apenas um método que abranja a todas. Por isso tomaremos a netnografia como uma metodologia adaptativa (AMARAL et al, 2008, p. 37).

Tendo a possibilidade de fazer netnografia de várias maneiras, torna-se necessário explicitar o nosso método de

análise, no qual não interviremos nas comunidades com perguntas, entrevistas e etc. Nós analisaremos aquilo que já está publicado, ou seja, não interferimos para conseguir a nossa fonte. São postagens e comentários que foram publicados sem pergunta alguma os mediando. É como se fosse aberta “[...] uma janela ao olhar do pesquisador sobre comportamentos naturais de uma comunidade durante seu funcionamento, fora de um espaço fabricado para pesquisa [...]” (AMARAL et al, 2008, p. 36).

A netnografia nos auxilia a compreender as práticas culturais complexas que se desenvolveram/desenvolvem no ciberespaço, lidando com “[...] ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos” (KOZINETTS, 2014, p. 31). Essa metodologia também leva em conta “[...] os processos de sociabilidade e os fenômenos comunicacionais que envolvem as representações do homem dentro das comunidades virtuais (AMARAL et al, 2008, p. 35). É importante lembrar que uma pesquisa sempre trabalha com um recorte da página, ou seja, ela não dará conta da página inteira. O recorte se insere dentro desse processo histórico, e temos que estar conscientes que analisaremos “[...] um recorte comunicacional das atividades de uma comunidade online, e não a comunidade em si [...]” (AMARAL et al, 2008, p. 39).

As regularidades enunciativas das publicações serão consideradas não apenas quantitativamente, mas segundo um discurso-síntese. A técnica do discurso-síntese procura bloquear opiniões. Ou seja, no discurso-síntese se reúnem “conteúdos e argumentos que conformam opiniões semelhantes” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 17). Assim, remete-se às respostas semelhantes como se fosse um depoimento único (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 19). Esta metodologia denominada Discurso do

Sujeito Coletivo (DSC), produzida na Universidade de São Paulo desde 1990, serve ao propósito de reunir depoimentos verbais e não-verbais em discursos-sínteses, entendendo que em qualquer sociedade os sujeitos compartilham e também divergem em ideias, noções, opiniões e representações, e por isso mesmo, estas podem ser percebidas conforme “padrões”, fazendo o pensamento coletivo “falar diretamente” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 24). O discurso-síntese não deixa de ser uma forma de categorização, uma forma de reconhecer, diferenciar e classificar aproximadamente as representações sociais.

São discussões iniciais, mas é a partir delas que pretendemos analisar a nossa fonte inserida no *Facebook*, um tipo de fonte nova, que necessita de novas abordagens para ser analisada. Isso não tira o nosso compromisso com a História, o seu rigor científico e suas metodologias. Buscaremos a objetividade da racionalidade histórica ao analisar o “MBL – Movimento Brasil Livre” e as ideias de história, os usos do passado que a página faz. Assim, pretendemos colaborar com os estudos da História Pública e da Didática da História.

## Referências

- ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-28.
- AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, Ano 13, n. 20, dezembro 2008, p. 34-40.
- BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. v.9, n.19, set./89/fev.90, p. 29-42.
- COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do. **Cibercultura, Juventude e Alteridade: aprendendo-ensinando com o outro no Facebook**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. **Pesquisa de representação social. Um enfoque qualiquantitativo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.
- LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 21-31.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LIDDINGTON, Jill. O que é a História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.
- LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149-163.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. **História da Historiografia**, v. 15, p. 27-50, 2014.
- \_\_\_\_\_. Os historiadores e seus públicos: Desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Texto de Divulgação**. 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/27247441/Os\\_hist\\_oriadores\\_e\\_seus\\_p%C3%BAblicos\\_Desafios\\_ao\\_conhecimento\\_hist%C3%B3rico\\_na\\_era\\_digital](https://www.academia.edu/27247441/Os_hist_oriadores_e_seus_p%C3%BAblicos_Desafios_ao_conhecimento_hist%C3%B3rico_na_era_digital)>. Acesso em 08 de agosto de 2017.
- MONTEIRO, Tânia. General fala em possibilidade de intervenção militar e é criticado por comando das forças. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 17 set. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,general-fala-em-possibilidade-de-intervencao-militar-e-e-criticado-por-comando-das-forcas,70002005185>>. Acesso em 21 de setembro de 2017.
- PISANI, Francis; PIOTET, Dominique. **Como a web transforma o mundo. A alquimia das multidões**. Trad. Gian Bruno Grosso. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado,

presente e perspectivas a partir do caso alemão.

In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.).

**Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 23-40.

\_\_\_\_\_. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.**

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO,

Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

WANDERLEY, Sonia. Narrativas contemporâneas de História e Didática da História escolar. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 207-217.